



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS REGIONAL DE IVAIPORÃ**

LAISA CAROLINE MARIANO

**O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR**

Ivaiporã-PR
2015

LAISA CAROLINE MARIANO

**O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais Curso de Serviço Social Campus Ivaiporã, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ms. Lilian Tatiane Candia de Oliveira

Ivaiporã-PR
2015

LAISA CAROLINE MARIANO

**O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO
MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais Curso de Serviço Social Campus Ivaiporã da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Me. Lilian Tatiane Candia de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof^a. Esp. Maria Celeste de Melo da Cruz
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Me. Marcelo Nascimento de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Ivaiporã, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me concedido forças para que eu pudesse concluir este trabalho, por não ter deixado eu desistir nos momentos difíceis, por ter me concedido fé e forças para seguir em frente e não desanimar, e assim finalizar mais esse etapa em minha vida, sem ele nada seria possível.

Agradeço também a todos meus familiares e principalmente a minha mãe Rosimeire, que esteve o tempo todo me dando forças e me incetivando, muitas vezes dando um abraço e dizendo que tudo iria dar certo.

Existem pessoas que mesmo não estando mais presentes em vida, estão presentes no coração, estão presentes nas horas de angústia, e de alguma maneira nos dão forças. Agradeço em especial ao meu pai João, que não esta mais entre nós, mas tudo que sou hoje foi por ele, se não desisti foi por ele, se batalhei para conseguir foi por ele.

Agradeço a minha orientadora Lilian T. Candia de Oliveira pela orientação neste trabalho, pelas palavras de incentivos nos momentos de angústia e sobretudo pela sua amizade.

Não poderia deixar de agradecer a todos meus amigos de turma que futuramente serão parceiros de profissão, foram quatros anos que passamos, aprendendo juntos e partilhando nossas angústias, vão deixar saudades.

“Talvez não tenha conseguido
fazer o melhor, mas lutei para
que o melhor fosse feito.
Não sou o que deveria ser,
mas Graças a Deus,
não sou o que era antes”.
(Marthin Luther King)

MARIANO, Laisa Caroline. **O Serviço Social Na Política De Educação Básica No Município De Ivaiporã/Pr.** 2015. 57 fls. Trabalho de Conclusão de Curso em (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Campos Ivaiporã, 2015.

RESUMO

Esse estudo foi desenvolvido como Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social e apresentado a Universidade Estadual de Maringá, campus regional do Vale do Ivaí, e discute a temática do Serviço Social escolar. O trabalho teve como objetivo analisar a implementação do Serviço Social escolar na Educação Básica no município de Ivaiporã/PR, nesse sentido, intenta-se responder a seguinte problemática: como ocorre a implementação do Serviço Social escolar no município de Ivaiporã/PR? A pertinência deste trabalho consistiu em construir reflexões e conhecimento acerca da atuação do Serviço Social na educação no âmbito escolar e suas contribuições, visando a realidade social da educação, como também buscou identificar os problemas que norteiam o sistema escolar e que podem ser objeto de trabalho do assistente social. Para tanto, a partir da bibliografia especializada desenvolveu-se uma pesquisa de campo, no qual foi aplicado questionário a um profissional do Serviço Social que atua em uma Escola Privada, da Educação Básica do município de Ivaiporã/PR. A partir da análise dos dados foi possível observar que o Serviço Social no âmbito escolar, no município de Ivaiporã, embora ainda incipiente, tem buscado desenvolver um trabalho que propicie, com as ações de inclusão social e de formação para a cidadania, a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Serviço Social, Política Educacional, Âmbito Escolar.

MARIANO, Laisa Caroline. **The Social Work on Basic Education Policy in the city of Ivaiporã/Pr.** 2015. 57 sheets. Final Examination for (Graduation Course in Social Work) – Universidade Estadual de Maringá, campos Ivaiporã, 2015.

ABSTRACT

This study was developed as Final Examination of Social Work Course and presented to the State University of Maringá regional campus of Vale do Ivai. The study aimed to examine the implementation of school social work in basic education in the city of Ivaiporã/PR, in this sense, it tries to answer the following problem: how is the implementation of school social work in the city of Ivaiporã/PR? The relevance of this work was to build reflection and knowledge about the role of social work education in schools and their contributions, aiming at the social reality of education, as well as seeking to identify the problems that guide the school system, and that may be the object of work to social workers. To do so, from the professional literature, it has been developed a field research in which a questionnaire was applied to a professional of social service that operates on a Private Basic Education School of the city of Ivaiporã/PR. From a critical analysis, the data revealed that the social worker develops a unique role in the school, so he/she intervenes in the school to provide through the actions of social inclusion, training for citizenship and emancipation of the subjects.

Keywords: Social Service, Educational Policy , School Scope .

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEC	Comissão da Educação e Cultura
CCJC	Comissão da Constituição e Justiça e de Cidadania
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CME	Conselho Municipal de Educação
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEBAS	Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Educação
CSSF	Comissões de Seguridade Social e Família
CONEDs	Congressos Nacionais de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	POLÍTICA EDUCACIONAL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	12
2.1	OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	12
2.2	BREVES APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX.....	14
3	O SERVIÇO SOCIAL NO AMBITO EDUCACIONAL ESCOLAR: AVANÇOS E DESAFIOS	21
3.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL.....	21
3.2	REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	25
3.3	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO CONJUNTO CFESS-CRESS.....	29
4	O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR	31
4.1	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	31
4.2	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS INSTITUIÇÕES.....	32
4.3	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	32
4.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4.4.1	O Serviço Social Na Educação: Ação Cotidiana	34
	a) O Trabalho Com as Famílias.....	36
	b) O Trabalho Com a Equipe Multiprofissional.....	37
	c) Projetos Sociais.....	38
	d) Encaminhamento a Rede Socioassistencial.....	39
	e) Expressões da Questão Social Presente Na Escola.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICES	50
	APÊNDICE A.....	51
	APÊNDICE B.....	52
	APÊNDICE C.....	53

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo, desenvolvido como Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social apresentado a Universidade Estadual de Maringá campus Regional de Ivaiporã, objetiva analisar a implementação do Serviço Social escolar na educação básica no município de Ivaiporã/PR. A escolha da temática do presente trabalho seu deu a partir de inquietações a respeito deste tema, sobre a inserção do profissional Assistente Social na política Educacional.

Consideramos o tema relevante para a sociedade, pois o estudo desta temática pode contribuir como referencial teórico à futuros estudos que se debruçam em pesquisar tanto a política educacional quanto o Serviço Social no âmbito educacional e escolar, também poderá contribuir com a sociedade, considerando que a escola forma os cidadãos, e como tal essa instituição é resultante e parte integrante de toda a tecitura social, por isso mesmo, em seu bojo se faz presente as expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social que poderá ter, neste estudo, uma fonte para suas reflexões.

A literatura especializada tem buscado refletir sobre o Serviço Social escolar, ao considerar que o assistente social pode contribuir para a qualidade do processo educacional, no desenvolvimento de ações e estratégias de enfrentamento as diversas expressões da questão social que atingem o ambiente educacional e ainda contribuindo na equipe interdisciplinar pedagógica, bem como nos recursos humanos.

Por isso, intentamos nesse estudo analisar a implementação do Serviço Social escolar na educação básica no município de Ivaiporã/PR. Para tanto, propomo-nos a elaboração dos seguintes objetivos específicos: refletir sobre o desenvolvimento histórico da política educacional brasileira, discutir a partir da literatura especializada atual a relação Serviço Social e processo educacional, e por último conhecer a práxis do Serviço Social escolar no município de Ivaiporã/PR, considerando ser uma área ainda recente no campo de atuação do Serviço Social. Assim, primou-se por desenvolver o paralelismo capitular, ou seja, cada objetivo específico foi atendido num capítulo da pesquisa.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, desenvolvemos uma breve contextualização histórica da política educacional. No segundo capítulo, a partir da bibliografia especializada, abordamos o debate atual referente ao Serviço Social na

educação, e por fim apresentamos a análise das devolutivas do assistente social que atua numa escola do município de Ivaiporã/PR, que compõe o nosso universo amostral.

2 POLÍTICA EDUCACIONAL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Neste capítulo apresentaremos brevemente o desenvolvimento histórico da Política de educação expondo o início da história educacional no Brasil no período colonial, passamos rapidamente pela década de 1970, que foi marcada por sucessivas crises financeiras e econômicas ocorridas em âmbito mundial, no qual o capital necessitou reorganizar seu modo de produção e acumulação. Já a década de 1980 é marcada pela inauguração de uma nova etapa no desenvolvimento capitalista brasileiro, destacamos também o processo de elaboração do Plano Nacional da Educação que foi desenvolvido em 1986, assim expomos um breve apanhado dos principais acontecimentos até a década de 90.

2.1 OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O início da história da educação no Brasil foi dado em 1549 quando chegaram ao Brasil os primeiros padres inacianos, uma das ordens religiosas de mais importância criada por Inácio de Loyola foi a Companhia de Jesus¹ em 1540. No período de 1549 a 1759 os jesuítas marcaram o início da educação no Brasil, eles foram os principais educadores no período colonial, nesta época a educação não era prioridade, mas sim era usada para que a colônia portuguesa tivesse o domínio sobre os povos nativos que possuíam uma educação extremamente diferente. Ao decorrer do tempo eles foram se espalhando pelas aldeias e levando uma educação fundada na religião e no espiritual (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008). A Companhia de Jesus se fundava no catecismo onde modificava a cultura dos indígenas que foi sendo levemente substituída pela cultura dos jesuítas.

Segundo Piana (2009, p. 58):

A História da Educação no Brasil inicia com a chegada dos padres jesuítas, responsáveis pelas bases de um vasto sistema educacional, ocorrendo por esse intermédio o desenvolvimento de um sistema educacional que seria o marco da educação brasileira, que evoluiu, progressivamente, com a expansão territorial da colônia, ou seja, com o predomínio da Igreja Católica na definição do sistema educacional. E, por dois séculos, eles foram quase exclusivos educadores no País.

¹ A Companhia de Jesus é uma ordem católica, religiosa, masculina que segue estritamente os ensinamentos da Igreja. Seus membros são chamados de jesuítas e também coloquialmente “Os Soldados de Deus” em referência aos antecedentes militares de seu fundador e a disposição de seus membros de ir a qualquer rincão do mundo e viver nas condições mais extremas.

Implementou-se na colônia o modelo agroexportador, que teve a função de oferecer lucro à metrópole por meio da produção de produtos como açúcar, ouro, café e borracha. A economia brasileira era organizada para produzir e exportar no comércio europeu, o objetivo dos portugueses era alcançar grandes lucros por meio da produção da colônia americana. A estrutura social era formada por escravos, incluindo os trabalhadores, os senhores de engenho, os grandes latifundiários e os funcionários da coroa. O objetivo dos portugueses era explorar toda a riqueza do Brasil, sem se preocupar com a economia, política e educação do povo (PIANA, 2009).

De acordo com Romanelli (1997) os dados históricos permitem-nos concluir e supor que: subordinando-se aos imperativos do meio social o sistema educacional dos jesuítas pôde permanecer inviolável, fortalecendo, assim, as fileiras de fiéis e servidores. O seu papel conservador possibilitou que culturas inteiras, como aquelas pertencentes às comunidades primitivas indígenas fossem esmagadas, sendo logo substituídas pela cultura alienada dos europeus.

O primeiro colégio jesuíta foi fundado no Brasil na Bahia em 1550. Até 1759 foram fundados cursos de humanidades e cursos de Artes e Teologia. Toda esta organização durou até 1759 quando os padres jesuítas foram expulsos do reino português e do Brasil. Ao longo destes duzentos anos de atividade, a ordem de Inácio chegou a dirigir 578 colégios, 150 seminários e 728 casas de ensino no mundo (FRANÇA, 1952).

Em 1808 a família real portuguesa chega no Brasil e o Alvará D. João VI tem sua revogação, que conseqüentemente cria o Colégio das Fábricas considerado o primeiro colégio instalado pelo poder público, esse colégio tinha por objetivo atender a educação dos artistas e aprendiz vindos de Portugal (GARCIA, 2000).

Já ao final do período imperial em 1889, O Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.

2.2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX

O século XX foi marcado por lutas da classe trabalhadora, por uma criticidade que evoluiu ao longo do tempo culminando ao seu findar, em intensas reivindicações e na alocação do modelo democrático no país com a criação de uma nova Constituição Federal. De todo modo, com relação à educação, o início do século, no ano de 1906, foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil.

A escola se desenvolvia em um período em que o Brasil recém-republicano ainda guardava traços do período colonial que se reflete na política e na economia. Assim permaneceu em uma estrutura ideológica embasada em princípios conservadores, onde o domínio se dava pelos grandes proprietários de terra, coronelismo, que aos poucos foi se tornando uma estrutura arcaica.

Para Leal (1978) coronelismo é uma manifestação do poder privado - dos senhores de terras - que coexiste com um regime político de extensa base representativa. Refere-se basicamente a estrutura agrária que fornecia as bases de sustentação do poder privado no interior do Brasil, um país essencialmente agrícola – monocultor e exportador de matéria prima – naquela época. Mas coronelismo quer dizer também compromisso, troca de favores entre o poder público em ascensão e os chefes locais, senhores da terra, que, decadentes, lutavam pela sobrevivência.

Nesta época o Brasil estava sofrendo fortes transformações devido à crise política e econômica que já vinha acontecendo desde o início do século, a partir das mazelas deixadas pelo processo de independência e pelo fim da escravatura realizada sem uma política planejada. O país deixou de ser colônia, porém continuou a depender política e economicamente dos países de capitalismo avançado. Isto fica evidente na crise de 1929, onde teve início uma grande depressão econômica, considerada o período de recessão econômica do século XX. Esse período de depressão causou altas taxas de desemprego, quedas do produto interno bruto de diversos países, a grande depressão persistiu ao longo da década de 1930, tendo seu fim apenas com a segunda guerra mundial. Com a segunda guerra mundial, a importação e o processo de industrialização estavam em crise. Para superar esta fase o Brasil passou para o capitalismo monopolista.

No período de 1947 a 1961, o sistema educacional voltou às discussões em torno de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que norteasse todos

os níveis de ensino do território nacional. Nesse propósito de integração do sistema educacional, entrou em vigor em 20 de dezembro de 1961, a Lei 4.024/12.

No período de 1964 a 1985 o Brasil passou pelo período ditatorial, caracterizado pela falta de democracia, censura, repressões e suspensão de direitos constitucionais aos que eram contra o regime militar. Ao responsabilizar o sistema escolar da época, Gadotti (2003) quer mostrar o quanto a escola básica estava comprometida com os principais objetivos da ditadura.

Após sucessivas crises financeiras e econômicas ocorridas em âmbito mundial, mais precisamente a partir década de 1970, o capital necessitou reorganizar seu modo de produção e acumulação. Neste aspecto, foram utilizadas medidas que visavam diminuir os investimentos nas Políticas Sociais, a exemplo da política educacional, constituindo uma espécie de Estado Mínimo². De acordo com Noma (2009, p.175):

Ao exaltar o mercado como parâmetro da nova era – do enxugamento da estrutura do Estado, do Estado mínimo para as políticas sociais, da descentralização de suas atividades, da administração pública gerencial e da retórica do governo empreendedor –, os neoliberais defendiam reformas orientadas para o mercado e procuravam demonstrar a superioridade do mercado em relação à ação estatal.

A década de 1980 é marcada pela inauguração de uma nova etapa no desenvolvimento capitalista brasileiro. A luta pela redemocratização do país e o fim da ditadura militar mobilizou parcelas significativas da população, impulsionando a rearticulação de antigos movimentos sociais e articulação de novos. Com o país passando por grandes mudanças nesse período, iniciou-se no Brasil um dos maiores movimentos civis que foi chamado de campanha das “diretas já” (FARAGE, 2006).

Havia um intenso processo de eleições presidenciais diretas no Brasil em meados de 1984. Contudo, somente com a aprovação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, pelo Congresso Nacional, é que a possibilidade destas eleições poderia se concretizar. Juntaram-se à campanha diversos setores da sociedade brasileira, inúmeros partidos políticos em oposição ao governo militar, além de lideranças sindicais, civis, estudantis e jornalísticas, unidas pelo desejo de eleições diretas para presidente da república. Essas manifestações fizeram com que

² A ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. A única forma de regulação econômica, portanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais racionais e eficientes possíveis.

o regime militar perdesse seu prestígio junto à população e até entre os militares de baixo escalão, descontentes com seus salários consumidos pela inflação.

A Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para aprovação. Mas é consenso, no entanto, que o movimento pelas “diretas já” teve enorme importância na redemocratização do país. E este processo de redemocratização completa-se com a volta do poder civil no ano de 1985, com a aprovação de uma nova constituição federal em 1988 e com a realização, em 1989, das eleições diretas para presidente da república.

Além disso, os movimentos sociais exigem a reabertura política, ocorre a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do partido dos trabalhadores (PT), surge a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, e ainda um grande número de Organizações Não-Governamentais, que se expandiram de forma espantosa na década seguinte.

Segundo Farage (2006) as mudanças engendradas na sociedade brasileira atingiram os campos político, econômico, social e cultural. Este fato é perceptível pela ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de lares chefiados por mulheres, a redução da natalidade e da mortalidade infantil e o surgimento dos novos arranjos familiares. Além disso, profundas mudanças começam a ser operadas na forma de gerir e organizar a produção, sinalizada as grandes transformações no mundo do trabalho que irão se concretizar na década de 90.

Na década de 80 começam a ficar evidentes as contradições geradas pelo próprio capitalismo, o qual, na medida em que se desenvolve e fortalece, aumenta de forma avassaladora a pobreza e a miséria, gerando problemas como a violência, a criminalidade, a devastação ambiental, o aumento do fosso existente entre ricos e pobres, elevando o Brasil, no início do século XXI, ao posto de país com a maior desigualdade social do mundo. Como forma de controlar e amenizar a pobreza gerada com o desenvolvimento capitalista, o Estado se vê obrigado a aumentar as respostas às demandas de parcelas da classe trabalhadora; a assistência social adquire o status de seguridade social, dever do Estado e direito da população, a partir da promulgação da Constituição de 1988 (FARAGE, p.34, 2006).

A década de 80 é finalizada em clima de redemocratização e conquista de direitos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que tem fortes traços e orientação liberal, colocando como primeiro responsável pelo bem estar da sociedade a própria sociedade e a família, relegando ao Estado um papel secundário, abrindo espaço para o que na década seguinte se constituirá como o

“protagonismo da sociedade civil organizada” e a diminuição dos investimentos públicos no social (FARAGE, 2006).

De acordo com Farage (2006) a partir da década de 80 é que se investiu em uma política real das escolas com o objetivo de atender a demanda da população. Porém, continuou a discórdia entre quantidade e qualidade presente ainda hoje no sistema educacional brasileiro. O avanço para educação nesse período foi o fortalecimento da ideia de uma educação pública, gratuita e de qualidade como dever do estado e direito de toda população.

Atualmente a principal fonte de implementação da educação nacional e das políticas que assim as definem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³, que no decorrer dos anos foi sendo reformulada até o modelo atual datado de 1996 que sofreram alterações de acordo com os governos.

O processo de elaboração do Plano Nacional da Educação⁴ foi um momento que verificamos novo embate sobre a concepção de sistema nacional de educação, ocorrido por iniciativa do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, este criado em 1986, reunindo mais de 30 entidades da sociedade civil com uma composição pluralista e suprapartidária, atuando ativamente nos principais debates que envolveram a educação brasileira tais como: Constituinte, elaboração da LDB, elaboração do PNE, entre outras. Foi elaborada a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade, como ficou conhecido, após a realização de dois Congressos Nacionais de Educação (CONEDs) nos anos de 1996 e 1997 (BOLLMANN, 2010). Proposta transformada no Projeto de Lei nº 4.155 encaminhado ao parlamento em 10 de fevereiro de 1998.

Plano Nacional da Educação (1997, p10):

O Plano Nacional de Educação é um instrumento definido em função da política educacional a ser implementada, da legislação que lhe dá suporte e das condições humanas, materiais e financeiras à disposição da sociedade. Seu principal objetivo é atender às necessidades educacionais da maioria da população - ele é, por concepção, socialmente incluyente (BRASIL, 1997).

³ As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Fixam Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996- Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Disponível em: <http://www.mec.gov.br>).

⁴ Plano Nacional da Educação foi criado em 1996, e vigorou entre os anos de 2001 a 2010. Seu objetivo era melhorar a educação no país com diversas metas. Por fim o PNE foi refeito, numa visão estendida para que as metas sejam alcançadas entre 2011 e 2020. Foi levado à Câmara o qual foi aprovado e agora aguarda a decisão do Senado.

A Política Educacional Brasileira é influenciada pela orientação política neoliberal, hegemônica no mundo do capitalismo contemporâneo, que atinge de forma singular os chamados países subdesenvolvidos, aumentando ainda mais a diferença existente entre países ricos e países pobres. Como não podia deixar de ser, também na educação a política neoliberal veio apenas fortalecer uma lógica há muito instituída, visto que no Brasil a educação sempre esteve a serviço dos interesses da burguesia e sua necessidade de manter e/ou desenvolverem diferentes formas de produção a apropriação.

No aspecto social além das condições econômicas desiguais, a escola reproduz em seu interior as relações sociais externas. Além da competição a separação. “A sujeição e a passividade diante da dominação pelas mais fortes parecem ser as atitudes resultantes de tal processo educativo, permitindo a manutenção da desigualdade social” (PILLETTI, 2002, p.240).

Portanto, é preciso reforçar que a história da educação, no Brasil, tem sido limitada pelos interesses da classe hegemônica no poder, de forma coerente com a política capitalista. Como afirma Gadotti (2003) o Brasil optou por um modelo de desenvolvimento capitalista que considera a educação um aspecto secundário. É por esse motivo que o governo vem se desobrigando, lenta e gradualmente, da tarefa de educar, entregando a educação à empresa particular. A educação entre nós, graças á política educacional do regime militar, tornou-se um negócio.

A constituição brasileira de 1988 estabelece: a igualdade de condições aos estudantes para o acesso e permanência na escola; a garantia do padrão de qualidade; bem como o oferecimento do ensino fundamental e médio gratuito e obrigatório aos estudantes (BRASIL de 1988, Art. 206), estabelece também novas diretrizes para o setor, inclusive redefinindo os termos de cooperação na área educacional entre as três esferas do governo que integram o Poder Público: União, Estado e Municípios, ampliando, inclusive os deveres destes e da sociedade para com a educação. É neste período que o discurso de uma educação democrática, que atenta aos interesses da população brasileira entra em vigor. Assim, por meio da Constituição de 1988 a escola passa a não estar a serviço de nenhuma classe, mas a serviço do indivíduo.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil o Estado tem o dever de promover socialmente todo indivíduo através da Política Educacional em seus respectivos artigos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação (BRASIL, 1988).

A partir disso compreende-se que a criança e o adolescente devem estar inseridos dentro de uma escola, e seus pais ou responsáveis precisam estar acompanhando os mesmos em suas atividades pedagógicas, assim como devem estar sempre avisados das propostas educacionais da escola em que seu filho está estudando. Porém, conforme Santos (2008, p. 21) “não podemos esquecer que a família, sendo o foco principal de atuação do assistente social, é uma agente importantíssima para fazer acontecer à mudança que a educação precisa”. O atendimento integral ao aluno só acontecerá se sua família for contemplada neste atendimento.

É notório que toda criança e adolescente é protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme especificado na página 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sobre isso o artigo 53 diz o seguinte:

“Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

A lógica do mercado esta invadindo a educação. Contudo, a educação não é somente formar competências e habilidades para a empregabilidade. Esta função pode ser realizada por qualquer departamento de qualquer empresa.

Segundo Pilletti (2002, p.252), a finalidade específica da escola é:

colocar á disposição dos alunos, através de atividades sistemáticas e programadas, o patrimônio cultural da humanidade. Entretanto nem sempre isso acontece, já que o currículo escolar, geralmente, não inclui as

experiências humanas mais significativas, nas parcelas dessas experiências, aquelas que mais interessam aos grupos dominantes.

O desafio que a educação vive na contemporaneidade está em formar os seres humanos, socializá-los, inseri-los na cultura, nos valores e nos hábitos e não somente em prepará-los para ingresso no mercado de trabalho. Contudo, um dos grandes pontos de entrave que dificulta o cumprimento dessa função é que se a educação reproduz uma sociedade, ela não poderá transformar o que reproduz, em outros termos, a educação não pode transformar o que a mantém, e isto é a sociedade (GADOTTI, 1991).

Procura-se garantir a continuidade da ordem vigente através de reprodução, na escola, das condições do sistema social mais amplo. Para essa reprodução utilizam-se todos os elementos da escola: os professores são treinados para transmitir o que recebem sem nada acrescentar; os prédios das escolas são construídos de forma a garantir a ordem e a disciplina; as turmas são divididas de forma a dificultar o intercâmbio criativo de forma a facilitar a dominação, o material didático enfatiza que é necessário haver ordem e disciplina para que a aprendizagem se dê; os métodos de ensino, no mais das vezes, dão importância exagerada a autoridade em prejuízo da livre pesquisa e discussão (GENTILI, 1998).

Todavia, as questões aqui mencionadas estão diretamente ligadas ao contexto social, político, econômico e cultural em que o estudante se encontra e com o neoliberalismo acaba por interferir no modo de vida da sociedade, ressaltando principalmente o individualismo e a competição, na qual a questão dos valores e da ética tem tido cada vez menos importância.

A educação não é, certamente, a alavanca da transformação social. Porém, se ela não pode fazer sozinha a transformação, essa transformação não se efetivará, não se consolidará, sem ela. Se ela não é a alavanca, isso significa, ainda que a sua luta deve estender-se além dos muros da escola, não deve limitar-se ao seu campus, o que a ideologia dominante entendeu há muito, querendo limitar o conflito aos muros dos “campos” (GADOTTI, 1991, p.63, destaque do autor).

Importante ressaltar que o maior desafio que a escola enfrenta não é a preparação para o mercado de trabalho e sim a formação do estudante em uma sociedade. Portanto, essa nova realidade em que os problemas de ordem social, cultural, econômica e moral adentram no cenário escolar, demanda da educação novas competências, exigindo maior preparo dos profissionais que atuam na escola para contribuir com mudanças significativas na realidade escolar.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL ESCOLAR: AVANÇOS E DESAFIOS

Neste capítulo faremos uma breve contextualização histórica do debate do Serviço Social no âmbito educacional, com ênfase no Serviço Social Escolar, ou seja, especificamente na escola. Buscamos, nesse sentido, primeiramente expor uma breve contextualização sobre o Serviço Social, em seguida, enfatizamos o Serviço Social no âmbito escolar e na sequência, destacamos os avanços e os desafios conforme expostos no documento elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela lei 8662 de 1993, que estabelece que o exercício da profissão de assistente social requer prévio registro nos Conselhos Regionais e dispõe as condições para o exercício profissional. O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, executa sua ação profissional na esfera das políticas socioassistenciais, na área pública e privada. A profissão é norteada pelo código de ética do assistente social, que delinea parâmetros para a atuação profissional e define os direitos e deveres do assistente social.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, o assistente social irá formular e programar propostas para o enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Segundo Iamamoto (2000) o objeto de trabalho do assistente social é a questão social. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, as situações de violência contra a mulher e ao idoso, etc. Essas expressões da questão social são o objeto de trabalho do assistente social.

Desta forma Iamamoto e Carvalho (2001, p.77), definem a questão social da seguinte forma:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da

contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Um dos grandes desafios do (a) assistente social está em decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua origem e as novas características que assume na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas a sua reversão e/ou enfrentamento imediato.

Diante disso exige-se que tal profissional seja:

[...] qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pense, analise, pesquise e decifre a realidade. Alimentando por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas às possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.49).

O processo de surgimento do Serviço Social é contraditório, pois foi forjado na transição da história da humanidade em seu quadro político, social e econômico no processo de fortalecimento do modo de produção capitalista. “A compreensão de tais contradições é de fundamental importância, pois é o seu amadurecimento que produz os diferentes fluxos históricos, a passagem de um modo de produção para outro e as transformações significativas na estrutura da sociedade” (Martinelli, 2006, p. 53).

Como esclarece a autora:

O Serviço Social do início do século XX, nasce como uma profissão prático-interventiva, através de várias instituições prestadoras de serviço que atendiam às necessidades sociais de uma sociedade excluída do acesso à riqueza. Tem-se, a partir de então, condições históricas e materiais que justificam e ampliam essas ações sociais, determinando a legitimidade de uma profissão. (Piana 2009, p. 183).

A burguesia, na metade do século XIX, começa a perceber a força do movimento da classe operária sob os efeitos da Revolução Industrial, responsável pela transformação na dinâmica da estrutura social, e com medo de perder o controle a burguesia alia se ao Estado e a Igreja Católica com mérito apenas de manter-se no poder para prevalecer a supremacia do sistema capitalista.

Ressaltando a autora:

A manutenção e reprodução da dominação classe exigem, simultaneamente, a interiorização e aceitação dessa dominação, a constante recriação e inculpação de formas mistificadas que obscurecem e encobrem a dominação e a exploração. É nesse plano que desvenda outro aspecto essencial das práticas sociais que se desenvolveram no âmbito das instituições assistenciais: sua intervenção normativa sobre a vida dos diferentes grupos sociais que atingem (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 308).

Desta forma, a burguesia, o Estado e a Igreja em busca de permanência no poder e tentando combater as revoltas, criam o assistencialismo. Suas ideias de liberdade religiosa e de consciência ao trabalhador acabaram fortalecendo o modo de produção capitalista, o que não passou apenas de estratégias para coibir as manifestações dos operários e abafar suas verdadeiras intenções sobre a sociedade.

Nesta crise do capital e o trabalho a situação do pauperismo intensificou e o caos estava fora do controle, era necessária uma estratégia de pacificação, e de acordo com a autora Martinelli (2006, p. 63):

“O serviço social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas-repressoras e controlistas- e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista”.

Neste contexto de caridade de esmolas, de lutas de classes entre a burguesia e proletariado, pela expansão do capitalismo com a exploração do capital sobre o trabalho e mediante os conflitos tem-se a gênese do Serviço Social. Desta forma, segundo Iamamoto e Carvalho (2005, p. 127): “A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico”. O Assistente Social tornou-se necessário em todo o processo histórico do capitalismo, com intuito de agente mediador das situações causadas pelas várias expressões da questão social no conflito entre capital x trabalho.

O Assistente Social era um técnico a serviço do sistema capitalista criado pelo Estado, que apenas colocava aos seus usuários soluções prontas com o propósito de conformar e alienar a Sociedade através de medidas assistencialistas de manipulação e manutenção da ordem social.

Ressaltando que diz Faleiros (2005, p.47):

“As relações sociais são mediadas por determinações concretas e reais e que as constituem como a relação existente entre senhor/ escravo, patrão/ operário, pai/ filho, profissional /usuário, e podem ser expressas por escravidão, pela exploração, pelo domínio paterno e pela tutela”.

A prática dos Assistentes Sociais era apoiada por essa burguesia, o Estado e pela Igreja, uma vez que a luta de classes tomava formas cada vez mais drásticas e se fazia necessário o domínio e o poder hegemônico da classe burguesa. Os serviços assistenciais e beneficentes criados pela burguesia procuravam atuar de

forma a trazer para o movimento operário a falsa representação de um Estado paternal e protetor. De acordo com o autor:

Assim, na história do capitalismo, a atuação estatal desmembra-se em setores onde o Estado se afirma e em setores onde ele se nega, ocupando maiores ou menores espaços. Aí o Estado se encontra diante da necessidade de criar condições para o aumento da taxa média de lucro, alimentando a acumulação do capital, ou então, ou então diante de pressões de uma sociedade mais ou menos organizada, capaz de possuir classes sociais com recursos para encaminhar e para impor seus reclamos ao poder político (VIEIRA, 2005, p. 196).

Por isso que o surgimento do Serviço Social é antagônico, e nesse sentido Behring e Boschetti (2008, p. 63) afirmam: “Ao Estado cabia proteger o direito à vida à liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade”. Atualmente o Assistente Social é um profissional de nível superior habilitado na realização investigativa de análise social, para garantir os direitos sociais aos usuários através de serviços, programas, projetos e principalmente das políticas sociais, visando prevenção e a promoção social. Segundo a autora Iamamoto (2007, p. 58): “O assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo”.

O Serviço Social constituiu-se a partir de determinado contexto histórico, ou seja, a profissão constrói-se como "um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão" (Iamamoto, 2007, p. 26)

O Assistente Social é o profissional que atua abertamente com as políticas sociais para a promoção e a inclusão social do sujeito a cidadania. O autor Faleiros (2005, p. 106) expõe: “O campo de atuação do assistente social é a conjuntura das políticas sociais onde se separam e se formam grandes blocos de interesses diante de cada questão concreta, como educação, habitação e a assistência”.

As prioridades sociais hoje passaram a ser concebidas com garantias constitucionais, segundo o autor Faleiros (2005, p.60): “A cidadania se fortalece nas relações Estado/ Sociedade, nas mediações concretas das políticas sociais, que se tornam o campo de intervenções da acessibilidade, apoio e acompanhamento dos usuários”.

Portanto, o assistente social é um profissional que precisa compreender o processo de funcionamento das classes sociais, embasados na Legislação, nas instituições Públicas e Privadas, nos Programas Sociais e capacitação profissional,

para garantir a vigoração das políticas sociais pelo Estado executor e responsável por elas. De acordo com Faleiros (2005, p.52): “É por isso que os profissionais de Serviço Social atuam basicamente na trama das relações de conquistas e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada”.

3.2 REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

O Serviço Social na área da Educação surge por volta de 1906, nos Estados Unidos, onde os Centros Sociais instituíram visitadoras, para que estas pudessem se deslocar até os domicílios, e criar uma ligação com as escolas do bairro. “O Serviço Social constituiu-se a partir de determinado contexto histórico, ou seja, a profissão constrói-se como um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão” (IAMAMOTO, 2008, p. 26).

Esse processo tinha como objetivo averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar, a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. “A tendência do Serviço Social era atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais, apresentados no espaço” (ALMEIDA, 2005, p. 56).

De acordo com Martinelli:

Surgiram, assim, no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a dominação de “Serviço Social”, acentuando seu caráter de prática de prestação de serviço. A origem do Serviço Social como profissão, tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes- alienação, contradição, antagonismo, pois nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido (MARTINELLI, 2006, p. 66).

O Projeto de lei nº 3688/2000 dispõe sobre a presença dos serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica com uma atuação multiprofissional, as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. O Projeto de Lei conhecido como PL educação foi apresentado no ano de 2000, pelo deputado José Carlos Elias, a PL tramitou na Câmara dos deputados até 2007, e foi aprovado pelo Senado Federal em 2010, passou por diversas comissões do Senado

e retornou a Câmara dos Deputados aguardando ser aprovada pelas Comissões de: Seguridade Social e Familiar (CSSF), Comissão da Educação e Cultura (CEC), pela Comissão da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e pelo Plenário para assim poder ir para sanção presidencial (CFESS,2010).

O Projeto de Lei 3688/2000 conhecido como PL Educação é aprovado por unanimidade em comissão da Câmara diante da mobilização do CFESS com estudantes e profissionais, essa ação foi fundamental para pressionar parlamentares de que a presença de assistentes sociais e psicólogos/as nas redes básicas de ensino é uma estratégia fundamental ao desenvolvimento da política de educação no Brasil, haja vista a experiência dos diversos municípios que já inseriram esses/as profissionais na área.

Nesse sentido, foi com muita articulação e mobilização que o CFESS compareceu no dia 10 de julho de 2013 a mais uma sessão da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal. Com a presença maciça de estudantes e professoras de Serviço Social da Universidade de Brasília e do CRESS-DF, mais uma vitória foi conquistada: o Projeto de Lei 3688/2000 conhecido como PL Educação foi aprovado por unanimidade na comissão (CFESS, 2013).

As legislações sociais, tais como a Constituição Federal de 1988, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente, preconizam a educação como um direito social de todo cidadão, com direito a uma educação de qualidade e que deve ser garantido pelo Estado e por toda a sociedade.

Piana (2009) explica que mesmo com as tentativas de redefinições da política educacional, nos dias atuais nos deparamos com uma política enfraquecida em que os serviços não suprem as demandas e nem garantem os direitos previstos na legislação, “visto que a educação sempre esteve a serviço de um modelo econômico de natureza concentradora de rendas e socialmente excludente” (PIANA, 2009, p.67), passa a ser cada vez mais desvalorizada na concepção de direito social universal, e passa a ser mais contemplada na lógica de mercantilização.

Embora a educação seja declarada legalmente como direito humano prioritário, inalienável e de obrigação do Estado, ela expressa também os reflexos do mundo do trabalho e sobre as influencias do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação publico e privado. Com isso sua qualidade e efetivação atendem aos interesses do mercado e impõem desafios na conquista da cidadania (PIANA, 2009, p.191).

Ao longo dos tempos, a educação, assim como a escola, vem assumindo diferentes funções na formação dos indivíduos. As diferenças, avanços, retrocessos e desafios são impulsionados pelo momento histórico, social e econômico da sociedade, ou seja, a educação e a escola assumem ações e funções diferenciadas de acordo com as orientações do Estado.

É importante salientar que o ambiente escolar apresenta diversas expressões da questão social para as quais o conhecimento pedagógico não consegue encontrar meios de intervenção e de enfrentamento. Pode encontrar inúmeros problemas que atingem alunos principalmente de escola pública, problemas como: baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado, vulnerabilidade às drogas, exploração sexual, atitudes e comportamentos agressivos, violentos e evasão escolar (DANTAS; SILVA, 2007).

Diante disto, podemos perceber a relevância do Assistente Social no âmbito escolar, para atuar de forma estratégica diante dessas demandas, sempre atento ao objetivo educacional, uma vez que Faceira (2000, p.83) afirma

“nesse contexto, a educação deixa de ser um instrumento de informação, de construção do conhecimento e de formação de uma visão crítica da sociedade, para se constituir em um mecanismo de reprodução do ideário neoliberal e do próprio sistema capitalista”.

Sabe-se que é no interior da escola, no cotidiano dos seus alunos e de suas famílias, que se configuram as diferentes expressões da questão social, como fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, desemprego, baixa renda, drogas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc. As demandas que surgem e são resultantes da questão social é que justificam a inserção do assistente social, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar estas demanda. Neste sentido, lamamoto (1998) afirma:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidade para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua humanidade. Essa discussão é parte de rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, P.75).

O desafio enfrentado cotidianamente pela escola tem sido em articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e necessidades sociais. Neste sentido, se torna essencial e

fundamental que a escola comece a conhecer a realidade social dos seus alunos, podendo também articular ações em parceria com as famílias.

A sociedade atual está baseada em princípios de desigualdade e exploração entre as classes sociais. Neste contexto, o processo educativo desenvolvido dentro as escolas também possui características que o tornam reprodutor das desigualdades sociais. Percebe-se na realidade que a educação destinada a uma “minoridade privilegiada” se difere totalmente daquela oferecida à “maioria excluída”, principalmente no que se refere à qualidade. Dentro de uma ideologia dominante a educação é igual para todos, proporcionando as mesmas oportunidades, porém, a realidade existente serve para desmistificar esse fato ideológico. A escola em um processo sutil segrega e marginaliza a classe excluída da classe dominante.

Para o aluno desenvolver o senso crítico a escola precisa desempenhar seu papel político, e conhecer também a realidade da comunidade na qual o aluno está inserido. Respeitando assim a realidade social, cultural e econômica dos seus alunos, partindo da escola a iniciativa de proporcionar a participação da família no processo sócio pedagógico da escola.

O assistente social trabalha no sentido educativo de modificar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Dessa forma, a intervenção do assistente social é uma atividade transmissora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social (MARTINELLI, 1998), estando frente às mudanças sociais, pode ampliar um trabalho de articulação e operacionalização, resgatando o olhar de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento. Desta forma, pode-se afirmar.

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto o seu trabalho em diferentes áreas da atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p.74).

Nessa perspectiva, a colaboração que o assistente social tem a oferecer dá-se também na atuação das equipes interdisciplinares, na esfera das quais, os distintos saberes associados às distintas formações profissionais, possibilitam uma visão mais desenvolvida e compreensões mais resistentes em torno dos mesmos processos sociais. Dessa maneira, o assistente social pode vincular propostas de

ações afetivas, a partir do resgate da visão de integralidade humana e do real significado histórico-social do conhecimento.

3.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO CONJUNTO CFESS-CRESS

Desde a década 1930 o assistente social tem se feito presente na área da educação desde processos sócio-históricos constituídos da profissão. Mas é a partir da década de 1990, juntamente com a maturidade do projeto ético-político do Serviço Social, que se vê no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na esfera educacional. Aprofundando a discussão nesta área pode-se averiguar que em muitos Estados as particularidades do Serviço Social na educação ganharam importância nos espaços de organização e na agenda da categoria profissional, especialmente no conjunto CFESS-CRESS, criando assim as Comissões Temáticas de Educação no CRESS e as discussões, debates e proposições nos encontros nacionais da categoria (CFESS, 2011).

Em 2001 no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, a categoria realizou pela primeira vez proposições de âmbito nacional e constituiu um “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação”. A finalidade deste documento foi colaborar com o processo de discussão que se caracterizava no cenário nacional. Neste documento, se questionou a função social da escola, a educação como direito social, a colaboração do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como aproximação da atuação do assistente social (CFESS, 2011).

O conjunto CFESS-CRESS realizou diversos encontros com a categoria para discutir assuntos referentes ao Serviço Social na Educação. O CFESS-CRESS fez um resgate desta trajetória, apresentando um resumo das deliberações sobre o Serviço Social na Educação aprovadas nos Encontros Nacionais anteriores. Foram realizados vários encontros no 30º Encontro Nacional CFESS-CRESS realizada em 2001 na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais, foi deliberado pelo CFESS que encaminhasse um documento falando sobre o Serviço Social na educação, com orientações para contribuir com as ações dos regionais nos estados. Foi convocado também os assistentes sociais que trabalham na área da educação para discutir o tema nos regionais. De 2001 a 2009 foram realizados consecutivamente os Encontros Nacionais passando por várias cidades do Brasil,

como: Belo Horizonte MG; Brasília DF; Salvador BA; Curitiba PR; Manaus AM; Vitória ES; Natal RN; Campo Grande MS.

Vamos apresentar brevemente as principais ações e discussões realizadas nesses encontros. Foram discutidas ação sobre o tema Serviço Social na Educação, mapeando as discussões, a atuação profissional e concretizações do Serviço Social na educação.

Também foi deliberado utilizar os mecanismos legais do CRESS para cumprir as legislações como leis e decretos, aprovados para inserção do assistente social na política de educação e intensificar o debate da atuação do Serviço Social na Educação. Foi definido realizar a elaboração de um relatório a ser organizado pelo CFESS, para informar sobre o andamento no legislativo sobre à inserção do assistente social na área da educação e estimular essa discussão no CRESS e também para pressionar a aprovação do Projeto de Lei.

Foi deliberado o acompanhamento do processo de normatização do Serviço Social na Educação, construindo parâmetros nacionais, além disso, foi decidido Intensificar ações para o acompanhamento do processo de normatização do Serviço Social na Educação, construindo parâmetros nacionais, implantar uma comissão composta por um representante de cada região dos CRESS e do CFESS. Acompanhar a tramitação ao Projeto de Lei nº 837/2003, sobre a presença de assistentes sociais no âmbito educacional, principalmente o escolar (CFESS, 2011).

4 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR

Para o desenvolvimento desta pesquisa científica, com objetivo de “analisar a implementação do Serviço Social escolar na educação básica no município de Ivaiporã/PR”, foi preciso passar por etapas que irão clarear e contribuir para a finalização do estudo. Assim, a partir dos pressupostos da abordagem qualitativa, expomos brevemente as etapas procedimentais que contribuiu para que essa pesquisa fosse efetivada, como segue: a) Instrumento de coleta de dados; b) Critérios de seleção das instituições; c) Histórico da instituição; d) Análise dos dados, na qual destacamos os desafios da ação cotidiana expostos pelo assistente social que atua na escola selecionada para a pesquisa.

Esta pesquisa foi elaborada, a partir dos pressupostos da abordagem qualitativa. Segundo Gil (2008, p. 17), pesquisa é definida como

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Para Martinelli (1998, p. 28) a abordagem qualitativa “tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não só na visão de pesquisador em relação ao problema”.

Assim, sua finalidade é responder a questões particulares que não são respondidas por meio de uma pesquisa quantitativa, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Conforme Maria Lúcia Martinelli (1998) a pesquisa qualitativa nos permite o conhecimento dos modos de vida dos sujeitos pesquisados a partir da apreensão dos seus sentimentos, opiniões, relatos da vida cotidiana e experiências diversas que não podem ser quantificáveis.

4.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico sobre o tema, em estudo. Consideramos que, o levantamento bibliográfico “além de ser indispensável

para pesquisa básica, nos permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma área de conhecimentos” (MINAYO, 1994, p.53).

O instrumento construído para a coleta de dados, foi composto por um questionário com questões estruturadas e 9 perguntas abertas que foi respondido pelo assistente social da escola em tela de Ivaiporã/PR.

4.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

No desenvolvimento do estudo, o pesquisador, por vezes se depara com alguns desafios, dentre eles, a seleção do corpus amostral. Sendo assim, salientamos que como já apontamos acima, nossa amostra constitui-se de apenas uma escola.

A instituição selecionada refere-se a uma escola do município que tem como um de seus funcionários o assistente social. É preciso salientar que nessa cidade duas escolas já possuem o Serviço Social.

Optamos por escolher apenas uma delas, pois essa amostragem simples, de uma escola poderá nos proporcionar um panorama para o entendimento de como se dá o trabalho do Serviço Social escolar no município de Ivaiporã/PR e ainda possibilitar um maior aprofundamento da análise dos dados.

4.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Através de documentos fornecidos pelo colégio vamos expor algumas informações sobre o colégio em estudo.

O colégio escolhido para a pesquisa, foi criado em 20 de dezembro de 1961, sendo um colégio particular extremamente religioso que foi fundado por um Padre que reuniu algumas senhoras generosas para iniciar as obras de educar e evangelizar. Fundando-se pesquisas escolares destinadas aos filhos pobres, pois os ricos tinham escolas e colégios e os pobres não tinham como educar seus filhos, este padre dedicou sua vida e os seus bens em sua obra.

O colégio é mantido pela diretora administrativa do educandário, por direção geral, direção pedagógica, direção administrativa, pastoral educativa, coordenação de setores educacionais, secretaria, biblioteca, regência de turma, serviços de orientação supervisão, enfim tudo que se diz respeito ao bom andamento da obra.

A finalidade do colégio é atender e efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando os dispositivos constitucionais, federal e estatal e da base da educação nacional, de acordo com os princípios espirituais, psicopedagógico e filosóficos que norteiam sua ação educativa. Tendo como principal objetivo resgatar os valores humanos, familiares, sociais e religiosos.

O público atendido pelo colégio são crianças e adolescentes, o colégio atende desde educação infantil ao ensino médio, as famílias das crianças/adolescentes participam ativamente de todas as propostas educativas da escola, as relações professor/aluno proporcionam um ambiente escolar de cooperação dos professores e estes são mediadores na interação dos alunos entre seu meio social.

Educação infantil, ensino fundamental e médio, é uma entidade de utilidade pública filantrópica, localizada neste município de Ivaiporã, a instituição de ensino é mantido pela diretora administrativa do educandário, e sendo uma rede privada filantrópica oferece uma educação básica com qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de ensino sendo vedada qualquer forma de discriminação e segregação.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com as devolutivas do profissional a origem do Serviço Social na Instituição ocorreu no ano de 2007, devido à demanda, uma vez que a escola necessitava de um profissional que atuasse junto à população na seleção de estudantes para as bolsas de estudos, dentre outras. O Serviço Social na instituição é desenvolvido por uma assistente social, que tem como estrutura física para o trabalho uma sala para atendimento e ainda conta com uma equipe pedagógica, sendo uma psicóloga e pedagoga, e a equipe administrativa como apoio.

A assistente social que atua no colégio, formou-se no ano de 2009, e posteriormente desenvolveu estudos na área de educação especial. A profissional desenvolve o Serviço Social educacional neste colégio há cinco anos e destaca qual a finalidade do Serviço Social no colégio: O Serviço Social tem por finalidade desenvolver todo o trabalho da Instituição no Processo do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Educação, e atuar na equipe

pedagógica, tendo também como um de seus papéis, auxiliar na formação educacional da criança e do adolescente.

Também objetiva garantir ao aluno e suas famílias - como também aos profissionais que atuam na educação e que dessa Política necessitar - o acesso à informações e orientações possibilitando conhecimento no processo de conquista de seus direitos, e assim viabilizar sua cidadania assegurando-lhes uma vida adulta satisfatória.

O assistente social desenvolve um papel singular no âmbito escolar, portanto intervém na escola para propiciar “com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, podendo trabalhar com a educação, com a consciência, com a oportunidade de que as pessoas tornem-se sujeitos de sua própria história” (Santos 2011).

Conforme Gomes (2010, p. 16):

Outra estratégia indispensável a compor o processo de trabalho do assistente social na Educação consiste na articulação com a rede social. O conhecimento acerca dos recursos existentes e da realidade da região em que se situa a escola, se constitui numa ação basilar do trabalho profissional nesse espaço, com vistas ao levantamento de alternativas para atendimento às necessidades sociais de alunos e suas famílias, bem como para inserção nas construções coletivas de fomento às políticas públicas e sociais da região. Desse modo, o assistente social acaba, também por favorecer a aproximação da escola com a comunidade, tornando-a mais presente e participativa no meio social em que atua.

Nesse primeiro momento pudemos perceber que o Serviço Social no âmbito escolar desenvolve um papel socioeducativo, que propicia a socialização de informações e o processo reflexivo que se materializa num novo conhecimento que pode possibilitar ao estudante e aos seus familiares e atores sociais que compõe o corpo escolar um novo paradigma de compreensão social e de reivindicação de seus direitos. Mas vale ressaltar, ainda, como ocorre o cotidiano da prática do Serviço Social na escola, como destacamos a seguir.

4.4.1 O Serviço Social Na Educação: Desafios Da Ação Cotidiana

A assistente social destaca que o Serviço Social na educação é um desafio constante, pois já vem sendo discutido há muitos anos com o Projeto de Lei de inserção do Serviço Social no âmbito escolar, mas até o momento a abertura vem ocorrendo de forma pequena em escolas particulares, e um dos principais

desafios/dificuldades é o conhecimento sobre a ação necessária desse profissional nesse ambiente, pois os próprios profissionais da educação ainda não sabem como lidar com a especificidade da profissão nessa área, sendo um trabalho a médio e longo prazo para que todos conheçam/reconheçam o Serviço Social no ambiente educacional.

Segundo a Assistente Social as demandas do Serviço Social advêm dos alunos inseridos no processo educacional e suas famílias, bem como dos funcionários que trabalham nessa instituição. Outro campo de trabalho do assistente social refere-se a análise socioeconômica para concessão de bolsa escolar. O Serviço Social na Instituição também mantém em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes circulares, resoluções e demais normativas que possibilitam a atualização de conhecimentos referentes aos aspectos legais.

Para a assistente social para o desenvolvimento do Serviço Social no âmbito escolar é necessário ter o conhecimento teórico-metodológico, ético-político, técnico operacional, e aliá-los aos conhecimentos referentes ao setor educacional.

Assim, a profissional expõe que os instrumentais usados para que o trabalho seja efetivado são: Relatório de visita, Registro/relatório de atendimento, Plano de Ação Anual e Plano de Ação diário, Processo de avaliação para ingresso ao Projeto de Gratuidade Escolar e Parecer Técnico. Vale ressaltar que, conforme a demanda apresentada o instrumental de trabalho pode ser alterado/modificado.

No que se refere ao nível de autonomia do assistente social na instituição, de acordo com a profissional é satisfatório, pois a mesma consegue executar as ações que compete ao profissional conforme o Projeto Ético Político do Serviço Social e legislações que amparam a profissão.

Através das informações colhidas, por meio do questionário, pudemos observar que o colégio particular pesquisado fundou-se a partir da filantropia e assistencialismo, contudo o assistente social no espaço educacional não pode desenvolver sua prática vinculada ao assistencialismo, pois essa prática acaba enquadrando o usuário do serviço como vulnerável acabando por excluir ao invés de incluir. Por isso mesmo é preciso ter claro qual é o objeto de trabalho do Assistente Social e quais são as funções dos demais funcionários.

De acordo com Canôas (2007) é possível encontrar “no planejamento das políticas sociais, educacionais e assistenciais, muitos educadores que não entendem de Serviço Social e, mesmo assistentes sociais que não entendem de Pedagogia e

Educação”. Por isso mesmo, a dinâmica conjuntural segundo Silva, impõe (2005, p.49):

uma tomada de julgamento de atitudes políticas tanto para os pedagogos quanto para os assistentes sociais, mobilizando-os para praticarem algo em comum, quando examinam que seus alunos ou usuários dos serviços pedagógicos ou sociais, optam, como escolha, ficar fora da sala de aula ou não aceitarem o tipo de ajuda oferecido pelo Serviço Social, às abordagens mais ajustadas, tanto do educador quanto do assistente social.

Podemos destacar que tanto a educação quanto o Serviço Social, são atividades humanas e presta-se a uma formação. Ambas as práticas profissionais estão envolvidas com as atividades para o ser humano, em busca de igualdade, a espera da equidade social entre todos. Por isso, para o Serviço Social, “o seu fazer profissional exige um conhecimento amplo sobre a realidade na sua complexidade e em criar meios para transformá-la na direção do seu projeto político-profissional” (Piana, 2009 p.186). Em seguida, destacamos o trabalho do assistente social diretamente com as famílias.

A) O trabalho com as famílias

No que se refere ao trabalho com as famílias a assistente social relatou que realiza a elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; informar sobre os benefícios, serviços programas e projetos assistenciais no município, bem como orientações dos critérios para sua concessão; ressaltou também a importância de dar Assistência e encaminhamentos sociais necessários aos pais ou responsáveis referentes aos alunos.

Diante disso a finalidade do processo de trabalho do Assistente Social na educação é ser um dos que auxiliam na materialização dos espaços de democratização do ensino, trazer para o ambiente escolar não só os alunos, mas também a comunidade e familiares dos alunos que fazem parte deste espaço geográfico e necessitam conhecer e entender como é o ensino, como os alunos se comportam dentro desta escola, e principalmente quem são os alunos. Afirmando o autor “para completar essa dimensão falta ainda que seja determinado que cada instituição escolar tenha um profissional do Serviço Social atuando diretamente com o estudante” (ALMEIDA, 2004, p. 65).

Portanto, a prática que o assistente social pode desenvolver na escola fará a diferença na busca de uma educação de melhor qualidade, com ações e atribuições para conhecer e intervir a partir da prática profissional, junto às demandas apresentadas pelas crianças e adolescentes no espaço escolar, familiar e comunitário, para a garantia de sua participação e permanência nas escolas.

B) O trabalho com a equipe multiprofissional

Em relação ao trabalho multiprofissional ele se desenvolve nos trabalhos junto à equipe, com os alunos e professores; e também no trabalho junto a equipe de recursos humanos, em ações de incentivo aos funcionários com projetos específicos para a área, assim como orientações e encaminhamentos aos funcionários e familiares para recursos públicos que o funcionário necessite.

O assistente social também atua na colaboração junto à equipe pedagógica do Colégio na intervenção de ações direcionadas a alunos que apresentam problemas sociais interferindo no aprendizado escolar.

Também atua na orientação aos supervisores, professores e alunos que são bolsistas sobre os critérios dos programas PROUNI – Programa Universidade para todos e ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio. Outro aspecto do trabalho refere-se a orientações e encaminhamentos junto ao recursos humanos, aos funcionários nos casos de necessidade de auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e outros, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e CLT.

Portanto o trabalho do Assistente Social precisa ter apoio de uma equipe multiprofissional, diante disso a educação se tornou uma profissão interdisciplinar, com necessidades de apoio psicossociais para o apoio pedagógico, assim segundo Martinelli (2006, p.157):

“[...] Assim, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-secativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto significa romper com dogmatismos [...]” (op. cit.).

A inclusão do Serviço Social na equipe interdisciplinar da escola, é relevante com suas contribuições de seus conhecimentos e suas práticas, atuando nas reuniões pedagógicas, com orientações educacionais aos coordenadores pedagógicos, professores para debater os problemas e construir projetos

pedagógicos, o assistente social pode participar como um agente integrador, com novas propostas baseadas em informação sobre a realidade social das famílias, dos alunos e da própria escola. Desse modo, Santos (2012, p. 129) expõe que o trabalho do Assistente social na escola tem como objetivo atuar no enfrentamento da “problemática social que é perpassada no cotidiano da comunidade escolar – alunos, professores, pais trabalhando com projetos que promovam a cidadania do aluno, tanto com a família como na escola e comunidade em geral”.

C) Projetos sociais

No que se diz respeito aos projetos desenvolvidos pela Assistente social no colégio, ela relatou que implementa projetos junto aos alunos do Colégio, e realiza o processo do CEBAS (Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Educação) da entidade com o preenchimento e envio de toda a documentação exigida para que os estudantes acessem as bolsas de estudo. A profissional recebe e analisa, junto à comissão, os documentos pertinentes ao CEBAS e presta contas anualmente junto ao Ministério da Justiça Social sobre o Projeto de Gratuidade Educacional e todas as ações que envolvem a assistência educacional na escola.

Segundo o MEC (Ministério da Educação) o CEBAS é um certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde, que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

O CEBAS Educação, dentro do atual cenário das políticas de educação existentes, é uma ação que contribui de maneira efetiva para o processo de inclusão social no país por meio da garantia de oferta de bolsas, integrais ou parciais, aos estudantes de Educação Básica ou Educação Superior, constituindo-se em uma política pública de acesso.

As entidades detentoras do CEBAS, se preenchidos os demais requisitos exigidos pela legislação tributária, podem desfrutar de isenção do pagamento das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos seus empregados e trabalhadores avulsos, como também receber transferências de

recursos governamentais a título de subvenções sociais, nos termos do art. 30 da Lei nº 12.465/11 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO). O certificado CEBAS é um dos documentos exigidos pela Receita Federal para que as entidades privadas gozem da isenção da cota patronal das contribuições.

D) Encaminhamento a rede socioassistencial

Com relação aos encaminhamentos a rede socioassistencial a profissional expôs que eles ocorrem a partir de orientação às famílias e Orientadores Educacionais em assuntos ligados a Política de Assistência Social. Os encaminhamentos também são possíveis junto a equipe de recursos humanos, aos funcionários nos casos de necessidade de auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e outros, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e CLT.

Assim, para a profissional os encaminhamentos a rede socioassistencial como um todo é uma constante no trabalho cotidiano, por isso mesmo, o assistente social precisa ter conhecimentos referentes aos equipamentos que tem disponíveis no município, para os quais o corpus educacional pode ser encaminhado sempre que necessitar e ter acesso aos seus direitos.

e) Expressões da questão social presente na escola

De acordo com a Assistente social, a questão social está presente no seu ambiente de trabalho por meio das seguintes expressões: insubordinação a limite ou regra escolar; problemas com disciplina; baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; atitudes e comportamentos agressivos e violentos; famílias desprovidas financeiramente; famílias desprovidas dos direitos e acesso as Políticas Públicas; exclusão Social; preconceito e discriminação.

A assistente social relata que a reflexão desses fenômenos existentes dentro do espaço educacional é necessária ser realizada juntamente com a equipe pedagógica para promover a construção de alternativas de enfrentamento dessas questões. E para tanto é por meio de algumas ações intersetoriais realizadas de maneira direta e por meio de Projetos envolvendo as Políticas Públicas, articulando-se práticas e saberes de diferentes profissionais que resultam em conjunto de ações

governamentais e não governamentais na manutenção da criança na escola de maneira efetiva e qualitativa.

O profissional atua nessas expressões de insubordinação e respeito a regras sempre no intuito de inclusão e respeito, isso por que não é objetivo da política educacional a formação de um sujeito passivo e alienado, ao contrário, objetiva a formação do cidadão crítico, que pressupõe responsabilidades. Por isso, o Serviço Social não conforma o ser humano ao ajustamento da servidão que são ligados ao sistema do capital, mas estimula os processos de libertação e emancipação política junto aos sujeitos que lutam contra a sociedade de alienação e intolerante.

A transformação social pressupõe uma nova forma de atuação da educação que forme cidadãos críticos e que facilite os processos de ensino e aprendizagem tanto para os educadores quanto para os educandos. Permitindo, esclarecer uma síntese, das práticas educativas, tanto do Serviço Social quanto da educação: ambas as práticas voltadas para a libertação das pessoas com a educação, e como instrumento de inclusão social o assistente social como um profissional qualificado como agente de transformação.

Assim, podemos ressaltar que o Serviço Social é a profissão que trabalha com as relações sociais e nas diversas expressões da questão social, onde suas práticas sócio educativas constituem-se na intervenção social do sujeito. Por isso a necessidade de inserção do Serviço Social na política de educação hoje pelas mudanças ocorridas dentro das escolas. Como esclarece a autora Alves (2010): “A inserção do Assistente Social na Política Pública de Educação impõe à categoria o desafio de construir uma intervenção qualificada, que tenha como um dos princípios éticos fundamentais o posicionamento em favor da equidade e justiça social”.

Sendo assim, o assistente social um profissional atua nas necessidades sociais, nas diversas expressões da questão social. Essas expressões contrapõem no campo de trabalho como uma consequência do sistema do capitalismo, reflete no sujeito individual e coletivo na situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Afirma o autor Santos (2011, p. 126):

Dentre as atribuições do assistente social, encontra-se a tarefa de lutar pela participação social, emancipação, autonomia (ética, política, moral, cultural), desenvolvimento dos sujeitos sociais e, principalmente, pela ampliação dos direitos sociais e da cidadania.

Na escola, o papel do assistente social é sensibilizar a comunidade escolar na forma de pensar com orientações sociais, a partir das circunstâncias vivenciadas

no cotidiano escolar e dialogando com a consciência dos seus usuários. Na opinião de Santos (2011), a escola precisa estar ligada as diversas formas de exclusão social, desde questões de violência, atitudes discriminatórias, de etnias, classe social e etc. Muitas vezes a evasão escolar é causada pela necessidade do aluno de trabalhar para colaborar na renda familiar. É nesse sentido que se apresenta o fracasso escolar, pois a escola tem o dever de estar atenta à realidade social do aluno.

Desse modo o assistente social, junto aos profissionais da área de Educação atua no sentido de cooperar e facilitar o desenvolvimento de uma prática que se utiliza de estratégias para o enfrentamento da questão social, que atrapalham no processo de aprendizagem do sujeito como aluno, como, por exemplo a violência, as drogas e as questões de relação que afetam diretamente o contexto familiar.

Por isso mesmo Santos (2011, p. 78) expõe que:

O enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional do Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo.

Nesse sentido, Barroco (2006, p. 36), enfatiza que “o profissional do Serviço Social deve ser capaz, de acordo com seu comprometimento ético político, de intervir para minimizar disparidades da questão social no contexto escolar”. O Serviço Social deve ministrar um diálogo entre os diversos atores do campo da educação e nesse sentido utilizar-se de ações sócia educativas, com propostas interventivas na esfera da questão social no dia-a-dia da comunidade escolar.

Portanto, a inserção do assistente social na Política Pública de Educação impõe à categoria o desafio de construir uma intervenção qualificada, que tenha como um dos princípios éticos fundamentais o posicionamento em favor da equidade e justiça social, assegurando a universidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sugestão democrática. Assim, “para completar essa dimensão falta ainda que seja determinado que cada instituição escolar tenha um profissional do Serviço Social atuando diretamente com o estudante” (ALMEIDA, 2005, p. 65).

É possível pensar que o Serviço Social no âmbito da educação poderá desenvolver um trabalho voltado para a justiça, para a equidade, pois nada conquistamos sozinhos, o resultado será almejado com sucesso ao realizarmos uma

parceria social e educacional, com intuito de amenizar os conflitos das expressões da questão social.

Segundo a Assistente Social o Serviço Social na educação contribui para um atendimento de qualidade criando estratégias com a intenção de desenvolver nos alunos habilidades, visão e formas de enfrentamento dos possíveis conflitos em que eles possam vivenciar. Nessa perspectiva o Assistente Social vem também, juntamente com a equipe pedagógica, efetivar e proporcionar o acesso ao conhecimento dos direitos e deveres para promover as mudanças necessárias conforme a demanda apresentada dentro do contexto histórico, econômico e cultural dos alunos e suas famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na finalização deste estudo faremos uma breve apresentação de como se deu a pesquisa, os resultados obtidos e fecharemos com as considerações finais. Assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, Campos Regional de Ivaiporã/PR, abordou a seguinte temática “O Serviço Social na política de educação básica no município de Ivaiporã/PR” e objetivou analisar a implementação do Serviço Social na educação básica no município de Ivaiporã.

A coleta de dados foi desenvolvida a partir de um questionário norteador, com questões relacionadas à atuação do Assistente Social na Educação no município de Ivaiporã/PR, procurando averiguar como estava sendo realizado o Serviço Social na Educação básica do município. Para organizar esta pesquisa este estudo foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo expusemos brevemente o histórico da educação, destacando o início da história da educação no Brasil no período colonial, numa perspectiva histórica, passamos rapidamente pela década de 1970, que foi marcada por sucessivas crises financeiras e econômicas ocorridas em âmbito mundial, no qual o capital necessitou reorganizar seu modo de produção e acumulação. Já a década de 1980 é marcada pela inauguração de uma nova etapa no desenvolvimento capitalista brasileiro, destacamos também o processo de elaboração do Plano Nacional da Educação que foi desenvolvido em 1986, assim fizemos um breve apanhado dos principais acontecimentos até a década de 1990.

No segundo capítulo realizamos uma breve contextualização histórica do debate do Serviço Social, no qual expusemos que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas sócio assistenciais, na esfera pública e privada. Neste capítulo colocamos também que a profissão é norteadada pelo código de ética da profissão, que delinea parâmetros para atuação do assistente social. Perpassando também pelo Serviço Social na Educação, em que destacamos a gênese do Serviço Social na educação e abordamos também sobre o projeto de lei nº 3688/2000 que dispõe sobre a presença dos serviços do Serviço Social na educação básica. E por último, apresentamos uma síntese das deliberações sobre o Serviço Social na Educação aprovadas nos Encontros Nacionais anteriores e no conjunto CFESS-CRESS.

Por último, no terceiro capítulo, realizamos a coleta de dados, com objetivo de “analisar a implementação do Serviço Social escolar na educação básica no município de Ivaiporã/PR”, com a utilização de um questionário respondido por um profissional do Serviço Social que atua na política educacional. Assim, a partir dos pressupostos da abordagem qualitativa, expomos brevemente as etapas procedimentais que contribuíram para que essa pesquisa fosse efetivada, como: instrumento de coleta de dados; critérios de seleção das instituições; histórico da instituição e por fim a análise dos dados.

Diante disto foi possível compreender que o assistente social desenvolve um papel singular no âmbito escolar, com intuito de intervir na escola para propiciar com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação e a oportunidade de os estudantes tornarem-se sujeitos de sua própria história.

Pudemos perceber, como ressaltado pela assistente social que, embora ainda incipiente, - e ainda na busca por espaço e definição de suas atividades coerentes com os objetivos dessa profissão e com as normativas educacionais -, as ações de Serviço Social no âmbito escolar no município de Ivaiporã tem buscado desenvolver um papel socioeducativo, no intuito de propiciar a socialização de informações e o processo reflexivo e assim materializar um novo conhecimento que pode possibilitar ao estudante e aos seus familiares e atores sociais que compõe o corpus escolar um novo paradigma de compreensão social e de reivindicação de seus direitos.

Por último, é preciso ressaltar que o alcance de tais objetivos se dá num terreno conflituoso, por isso mesmo Guerra (2000, p. 01) salienta que é preciso utilizar-se da instrumentalidade, ou capacidade que o profissional deve desenvolver “no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional” para alcançar os objetivos por ele proposto. Imersa por essas condições o assistente social desenvolve seu trabalho, numa busca constante para alterar o cotidiano profissional e concomitantemente, o cotidiano dos usuários dos serviços por ele prestado.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e Política Educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação, 2005.

_____, N. L. T. **O Serviço Social na educação**. In: Inscrita. N. 6. Brasília: CFESS, 2004.

BARROCO, M. L. S. **Ética, direitos humanos e diversidade**. In: Especiais. n. 37. Edição: 28 de agosto a 25 de setembro de 2006. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 10 out 2015.

BERHING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v 2).

BOLLMANN, M. de G. C. Revendo O Plano Nacional De Educação: Proposta Da Sociedade Brasileira. **Educação Social**, Campinas, v.31, n. 112, p. 657-676, jul.-set. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/02.pdf> >. Acesso em: 22 de jul. de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 12. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais , 2011.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Estatuto Da Criança E Do Adolescente**. Brasília, 2005.

_____. **Lei n. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação – PNE, Brasília, DF:MEC:INEP, 2011.

CANÔAS, J. W. Serviço Social e Educação. **Serviço Social e Realidade**, v. 16, n. 1, 2007. Disponível em: < <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/94/114>>. Acesso em: 22 de jul. de 2015.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRSS) – RJ. 2010. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/servicosocial.php>>. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFSS). 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/posicionamento_cfess_pls_tramitacao\(fevereiro2010\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/posicionamento_cfess_pls_tramitacao(fevereiro2010).pdf)>. Acesso em: 22 de ago. de 2015.

DANTAS, M. F. M; SILVA, S. S. S. **Serviço Social na escola: uma intervenção crítica, possível e necessária**. 2007. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00071_01C.pdf>. Acesso em: 01 set de 2015.

FACEIRA, L. S. A **Política Educacional no contexto neoliberal**. Sindicato/ANDES Nacional: Brasília, n.22, nov. de 2000.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado capitalista**. 8.ed. revisada. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O que é Política social**.4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Estratégias em serviço social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, J. (org). **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, S. J. L. **O Método Pedagógico dos Jesuítas: O Ratio Studiorum**. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Agir, 1952.

FRIGOTTO, G. (Orgs). **Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século**. Editora Vozes: São Paulo, 1998.

GADOTTI, M. **Educação e Poder: Introdução à pedagogia do conflito**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. **Histórias das Ideias Pedagógicas:** técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Ática, Métodos e 2002.

_____. **Educação e Poder Introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 2003.

GARCIA, S. R. de O. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil.** In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GENTILI, P. **A Falsificação da exclusão:** simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, V. L. **O Serviço Social na Educação.** Jornal do conselho Regional de Serviço Social – 10ª região. CRESS informa, nº 92. Out/2010.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 18. ed. São Paulo: Cortez [Lima Peru], CELATS, 2005.

_____, **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

JOSÉ FILHO, P. M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania.** Franca: Unesp - FHDSS, 2002, 158 p. (Dissertações e Teses, n.5).

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto.** Rio de Janeiro: Editora vozes, 1978.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 57. São Paulo: Cortez, 1998.

_____, **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

NOMA, A. K.; LIMA, A. do C. **Reforma do Estado e da educação dos anos 1990**. Disponível em: <<http://www.simposioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC19.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. de 2015.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PILLETTI, N.; PILLETI, C. **Filosofia E Historia Da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>>. Acesso em 14 de julho de 2015.

SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, A. M. dos. **A política de educação no Brasil: implantação do Serviço Social escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educação/contextobrasileiro.asp>. 2009. Acesso em 10 de agosto de 2015.

SANTOS, A. M. dos. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil, 2011.**

APÊNDICES

Apêndice A
CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Colaborador (a)

Venho apresentar a PESQUISA DA ESTUDANTE LAISA CAROLINE MARIANO, intitulada “A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ”, vinculado à Universidade Estadual de Maringá campus regional vale do Ivaí UEM-CRV, sob minha orientação, visto que para o desenvolvimento do mesmo sua participação é indispensável.

Este estudo tem por objetivo analisar a atuação do assistente social na educação. Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se um referencial teórico-metodológico que fundamentasse as análises empíricas da pesquisa o que levou a opção pela metodologia qualitativa, será realizada a aplicação dos questionários e entrevistas, por meio dos quais se poderão obter as devolutivas significativas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final.

É oportuno destacar que uma vez aceitando participar dessa pesquisa o SEU NOME, BEM COMO A INSTITUIÇÃO A QUE SE VINCULA NÃO SERÃO IDENTIFICADOS de forma alguma, garantindo-se, portanto, o sigilo sobre sua identidade.

Dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas por meio do contato com a Estudante ou com o seu orientador:

Laisa Caroline Mariano – Laisa_2013@outlook.com (43) 9619-2556

Lilian T. Candia de Oliveira – lilian.candia@hotmail.com (67) 9931-0279

Prof. Ms. Lilian T. Candia de Oliveira

Universidade Estadual de Maringá /UEM-CRV

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Colaborador (a):

Por meio deste instrumento você está sendo convidado a participar da pesquisa, conduzida por LAISA CAROLINE MARIANO estudante da universidade Estadual de Maringá campus regional vale do Ivaí – UEM-CRV e intitulada “A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ”. Este estudo tem por objetivo analisar a atuação do assistente social na educação. O desenvolvimento deste estudo será realizado a aplicação do questionário e entrevistas, por meio dos quais se poderá obter as devolutivas significativas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final. Busca-se compreender as dificuldades encontradas na atuação do assistente social no âmbito educacional e também os desafios enfrentados.

Aceitando participar da pesquisa, você deverá assinar ao final deste documento, entregando uma via ao pesquisador e guardando a outra com você. Sua participação não envolverá nenhuma despesa ou gratificação. Em caso de recusa, não sofrerá nenhum transtorno ou penalidade, bem como poderá retirar seu consentimento em qualquer momento. Caso a questão lhe traga algum constrangimento, você tem toda a liberdade para não respondê-la, sem nenhuma penalidade por isso. Sua participação colaborará para ampliar estudos na área de avaliação na área educacional, bem como com a possibilidade de melhorias para a sociedade.

A pesquisa somente se realizará perante o aceite dos participantes selecionados, legitimado pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mantendo o sigilo das respostas que será assegurado pelo pesquisador. Em caso de qualquer dúvida, pode entrar em contato com o Orientador Responsável, Prof. Ms. Lilian T. Candia de Oliveira - lilian.candia@hotmail.com, (67) 9931-0279; ou com a condutora da pesquisa, Laisa: laisa_2013@outlook.com Agradeço sua colaboração.

Ivaiporã/PR___/___/2015.

Assinatura do Participante

Pesquisador responsável

Apêndice C
Roteiro para o Questionário

CARACTERIZAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)

Nome da Escola: _____ Data: _____

Dados Pessoais

NOME: _____ IDADE _____

SEXO: _____

Escolarização

Curso de Graduação: _____

Ano de Conclusão: ____/____/____

Instituição/Estado: _____

Curso de Especialização: _____

Ano de Conclusão: ____/____/____

Instituição/Estado: _____

Situação funcional

Vínculo funcional: () Permanente () Temporário

Experiência profissional:

Tempo de experiência como Assistente social na educação? E na instituição que trabalha atualmente: _____

- 1- Como se deu a instituição do Serviço Social na escola em que você trabalha?

2- Quais os objetivos do Serviço Social na instituição?

3- As principais atividades desenvolvidas?

4- Os instrumentais usados, para que o trabalho seja efetivado?

5- Quais as formas de registro das atividades?

6- Quais são os principais desafios e dificuldades?

7- Qual o nível de autonomia do assistente social na instituição?

8- A questão social é um objeto de estudo e intervenção do assistente social, em sua concepção quais as expressões da questão social presente nesta instituição? E quais as ações desenvolvidas para combater essas expressões da questão social?

9- A atuação do Assistente Social é relativamente nova não havendo uma regulamentação. Em sua opinião qual a importância do Assistente Social na escola? Justifique.
